

REFLEXÃO ACERCA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA SALA DE AULA.

Prof. Esp. Marisa Ieda Arioli Del Cont

Pós-graduação em Matemática pela Universidade de Campinas (Unicamp) e pós-graduação em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Graduação em Pedagogia e Matemática pelo Centro Universitário Amparense (UNIFIA). Professora da rede municipal de educação da cidade de Jaguariúna/SP.

Prof. Dr. Valdeir D. Del Cont

Pós-doutorado em Antropologia (Unicamp); Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp); Mestrado em Filosofia (PUC-Camp). Graduação em Filosofia (PUC-Camp) e Psicologia (Unip). Professor do Centro Universitário de Paulínia (UniFacp) e da Universidade Paulista (Unip).

RESUMO

O presente texto se apoia em pesquisa bibliográfica e na experiência de mais de 20 anos como docentes dos autores. Procurou-se mostrar que a inclusão, a qual se constitui um paradigma educacional, fundamentada na concepção dos direitos humanos que une igualdade e diferença como valores indissociáveis, ensejando-lhes as mesmas oportunidades necessárias para alcançarem o objetivo pleno do desenvolvimento como pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania, exige-se de o ambiente escolar estar preparado politicamente-pedagogicamente para construir um espaço que atenda às suas necessidades.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência Intelectual. Igualdade. Equidade.

Introdução

Fazer uma reflexão sobre inclusão no contexto escolar é, pela natureza do próprio tema, uma tarefa que envolve considerar várias perspectivas, interesses variados, diversos agentes envolvidos, responsabilidades e desafios. Isso nos leva, de imediato, a considerar que, por alguma razão, certas crianças ao longo da história, e ainda hoje, têm dificuldades e não acessam os ambientes formais de ensino e instrução. Essas crianças sistematicamente são postas de lado, relegadas a um segundo plano, impedidas de desenvolverem suas capacidades e habilidades como sujeitos dotados de cidadania plena.

Incluí-las, pela própria consideração da necessidade de tal fato, já revela a admissão de que elas estão à margem do processo de ensino e aprendizagem. Incluí-las plenamente, parece um desafio que está bem distante da realidade.

Já de início, cabe aqui uma interrogação, que em nosso entendimento, é o ponto central que desencadeia toda discussão sobre a inclusão. Isto é, o que faz com que uma criança não configure como pertencente ao processo de ensino e aprendizagem. Isso nos leva a averiguar, primeiramente, o que promove a exclusão. A exclusão, em nosso entendimento, é o verdadeiro problema; frente a ela, a inclusão parece ser nada mais nada menos do que um artifício, uma manobra pontual para dar conta de um sintoma, sem nunca enfrentar a doença. Num segundo momento, dado a realidade da exclusão, precisamos ter clareza sobre os mecanismos sócio-históricos de produção de exclusão. E, num outro, quais categorias foram produzidas socialmente para a determinação dos que fariam parte – os incluídos – e os que não fariam parte – os excluídos.

Numa sociedade como a nossa, historicamente excludente, as diferenças humanas de várias ordens, econômicas, étnicas, de origem, cor de pele, etc., estão, ao nosso ver, institucionalizadas de tal forma que a própria ideia de inclusão pode se configurar em manobras demagógicas para atender a interesses particulares em vistas de projetos políticos pessoais ou grupais. Isso nos parece evidente quando consideramos a instabilidade e inconstância dos diversos projetos educacionais que são momentaneamente alardeados, propagandeados e, ao se mudarem as configurações político-partidárias, são sistematicamente abandonados.

A realidade da inclusão no ambiente escolar se apresenta, assim, ao nosso ver, como potencialmente excludente. A constatação da possibilidade de uma inclusão excludente, apesar de aparentemente contraditório, é o tema que escolhemos para a nossa reflexão.

Categoria inclusão-exclusão: deficiência.

Diversas categorias já foram socialmente construídas para marcar linhas divisórias, tais como civilizados e selvagens, normais e anormais, aptos e inaptos, dentre outras. (Carlson, 2001) Conotações variadas acompanham os entendimentos dos termos que descrevem essas categorias, no sentido de elas indicarem acepções valorativas ora positivas ora negativas. Por conseguinte, os termos não são neutros, carregam consigo uma história, uma ideologia, um contexto. Como descritores, são responsáveis por estruturarem categorias capazes de incluir e excluir coisas e pessoas. Vários termos atendem a essas condições e são veiculados nos discursos e análises que dão conta das diversas facetas da inclusão e exclusão no contexto escolar.

No momento atual, parece-nos que o termo da vez é: “deficiência”. Um termo polissêmico, que carrega consigo contradições, pois uma pessoa pode ser deficiente para algo e não ser para outra. Assim, a pessoa deficiente, não é, necessariamente, um ser deficiente; pois todos portamos, em algum sentido, deficiências. Mas, não somos, por conta disso, seres deficientes. Podemos dizer, portanto, que a pessoa porta uma deficiência, ou é portador de uma deficiência, a depender de contexto e situações específicas. Assim sendo, não existiria um ser deficiente; necessitando, obviamente, que a própria deficiência seja devidamente qualificada. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, define deficiência da seguinte forma:

“[...] considera-se deficiência toda restrição física, intelectual ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária e/ou atividades remuneradas, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social, dificultando sua inclusão social”

(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Muito embora a definição de deficiência possa envolver várias tipologias e suas variáveis, tomamos como modelo exemplar para a reflexão sobre inclusão-exclusão a inclusão da pessoa portadora de deficiência intelectual. Uma realidade crescente no ambiente escolar, de modo particular, no contexto da sala de aula. De acordo com Tenente (2016), entre 2005 e 2015 o salto foi o equivalente a 6,5 vezes, o total subiu de 114.834 para 750.983 estudantes especiais convivendo com os demais alunos.

A inclusão dessas crianças com necessidades especiais, na escola, visa ensinar as mesmas oportunidades das demais crianças, porém com facilitadores que lhes sejam necessários para alcançarem o objetivo de pleno desenvolvimento como pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania.

Contudo, quando consideramos a forma de inclusão, isto é, o modo como a inclusão está sendo realizada e não a inclusão em si, torna-se imperioso explorarmos algumas questões. Como, por exemplo, uma nova forma de abordar os conteúdos curriculares no cotidiano escolar, no sentido de deslocar o enfoque das sequências lógicas e da hierarquização de conhecimentos para se levar em consideração os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem, será suficiente para alcançar o entendimento de um aluno com deficiência intelectual? Ou a deficiência devidamente qualificada exigiria mudanças muito mais profundas e estruturais, que estão para além das diferenças metodológicas e epistemológicas. Por um outro ângulo, ao se tentar estabelecer um ambiente de aprendizagem com pessoas portadoras de deficiências muito dispares, não se estaria afetando, dificultando e até excluindo outras pessoas com deficiências de outra natureza, como por exemplo, a de aprendizagem, mas não a intelectual?

Num primeiro momento, tais questionamentos podem sugerir certa insensibilidade com relação as necessidades das crianças com deficiência intelectual. Contudo, gostaríamos de deixar bem claro que a nossa preocupação é em oferecer um ambiente que realmente atenda às suas necessidades. Um ambiente que envolva todos os responsáveis na promoção da plena cidadania dessas crianças. Referimo-nos às famílias, aos órgãos públicos, à escola e aos profissionais diretamente envolvidos com o processo de educação e inclusão dessas crianças.

Acreditamos que um conjunto variado de preocupações está presente quando a questão é a inclusão de crianças com deficiência intelectual. Existe, obviamente, o interesse de desenvolvimento dessas crianças. Aliás, interesses

legítimos e humanisticamente orientados. No entanto, precisamos avaliar se realmente o modelo ou, melhor dizendo, o “modo” de inclusão não acaba sendo meramente uma introdução dessas crianças numa sala de aula, com um verniz de inclusão. Muito mais uma manobra política do que realmente uma política educacional voltada e pensada para atender as necessidades dessas crianças.

Há aqui uma diferença muito importante em estar com uma criança com deficiência intelectual na sala de aula, o que denominamos por “introdução”, e ter realmente um ambiente preparado para o desenvolvimento dessa criança no que ela traz de necessidades específicas, levando-se em conta que cada criança com deficiência intelectual possui características próprias, com necessidades particulares. Nesse sentido, exige-se de o ambiente escolar estar preparado político-pedagogicamente para construir um espaço que atenda a essas necessidades, exigindo investimentos materiais, financeiros e profissionais para além do que é oferecido e existente em nossas escolas. Seguindo Gasparin (2005, p.15):

“... o educando deve ser desafiado, mobilizado, sensibilizado, deve perceber alguma relação entre o conteúdo e sua vida cotidiana, suas necessidades, problemas e interesses.”

Sabemos que tais ações são fundamentais para a construção de um sistema educacional inclusivo e para que a escola esteja aberta e preparada para responder educacionalmente a todos. O que entendemos como educação para a pessoa portadora deficiência intelectual e se isso seria possível, introduzindo-a num ambiente de sala de aula com os demais, parece ser o grande nó e desafio da Educação Inclusiva, pois é neste aspecto que a inclusão deixa de ser uma filosofia, uma ideologia ou uma política, e se torna ação concreta em situações reais envolvendo indivíduos com dificuldades e necessidades especiais e específicas.

Quando a inclusão é exclusão.

A inclusão que se almeja, pelo menos na realidade brasileira, parece ocorrer num contexto de uma escola deficitária, sem recursos humanos e materiais e em muitos casos “falida”. As estatísticas de repetência, fracasso e

evasão escolar mostram que o problema não atinge apenas os chamados alunos com necessidades especiais. O buraco parece estar muito mais em baixo. Isto é, escola sem continuidade de projetos, sem recursos, com professores que não foram formados para lidar com a diversidade, tendo alunos com defasagem e grande dificuldade de aprendizagem, e outros com deficiências sensoriais, motoras e intelectuais, sem contar as socioeconômicas e culturais. (Reis e Ross, p.14-15)

Como diz Mantoan (2011, p.65) “o professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele partilha com seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula”. Mas isso é suficiente para ensinar os alunos tidos como de inclusão? Essa partilha na construção/autoria do conhecimento é um tipo de facilitador que abrange o aluno de inclusão? Ou isso, na realidade das escolas Brasil à fora não soa mais como um discurso demagógico.

Como nos instrui Tédde (2012, p. 23-24), a deficiência intelectual apresenta um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento do cérebro. De 30 a 50% dos casos de Deficiência Intelectual as causas são desconhecidas, podendo ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Existe uma grande variação de capacidades e necessidades dos indivíduos com deficiência intelectual, podendo apresentar dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização, na resolução de problemas e na generalização.

Para o professor conhecer seus alunos, suas competências, suas necessidades educacionais, suas possíveis formas de aprendizagem, conhecer as características da deficiência intelectual e reconhecer suas restrições, ele precisa de tempo. Tempo para uma formação continuada; tempo para dedicação focada às necessidades especiais de seus alunos; tempo para trocar experiências, desafios, desilusões e conquistas com colegas e especialistas; tempo para cuidar de si, para não adoecer frente ao desafio, e poder cuidar dos que precisam. Cuidar do cuidador é uma forma de atender as necessidades dos que precisam de cuidado. Assim, o olhar para o educador, naquilo que ele necessita também como pessoa com deficiência, proporcionando-lhe tempo, condições e ambiente é condição primordial para uma educação efetiva. Nos termos da Constituição Federal de 1988:

“A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Observa-se, desse modo, que educação não é dever exclusivo do Estado, tendo também a família igual responsabilidade. Além disso, a sociedade também deve colaborar. O objetivo da educação é o desenvolvimento pleno da pessoa, ou seja, em todos os aspectos e dimensões e seu preparo para viver e participar da sociedade – cidadania, estando preparado para o trabalho.”

Igualdade ou equidade: Desafios para uma inclusão não excludente.

De acordo com o dicionário Houaiss, igualdade é a ausência de diferença, ou seja, é dar as pessoas as mesmas oportunidades, e equidade é respeito à igualdade de direitos, é adaptar as oportunidades deixando-as justas. Contudo, pelo menos no contexto da inclusão escolar, ao adaptar as oportunidades às necessidades das pessoas não possibilitaríamos que as diferenças se sobressaíssem. Isto é, quando pensamos na inclusão como o oferecimento de condições adaptativas para que as oportunidades sejam iguais, estaríamos, de fato, oferecendo condições para que todos os concernidos desenvolvessem plenamente as suas capacidades e habilidades. Ou, ao fazermos a “introdução” do portador de deficiência intelectual na sala de aula e adaptássemos as condições, métodos e expectativas levando-se em conta as suas capacidades e habilidades não estaríamos impondo limites ao desenvolvimento das habilidades e capacidade dos demais alunos.

Parece-nos que estamos diante de um dilema: se dermos ênfase na igualdade, procurando tornar as pessoas iguais, desenvolvendo condições para que a igualdade seja o objetivo para a realização da inclusão, poderíamos gerar estresse nos alunos; pois, as exigências poderiam estar além ou aquém de suas habilidades e competências. Como argumenta Lipp (2012, p.33):

“Sabe-se que são muitos os fatores que podem desencadear o stress em uma criança, e entre eles encontram-se a escola e possivelmente o próprio processo de ensino-aprendizagem.”

Por outro lado, ao se dar ênfase na equidade, procurando oferecer condições diferenciadas para se atender às necessidades de cada um, em suas especificidades, procurando promover a justiça de oportunidades, causaríamos estresse no professor; pois exigiríamos dele obrigações para além de suas capacidades e propósitos. Pelo menos dentro do modelo educacional vigente. Nas palavras de Lipp (2012, p.98):

“o stress do professor, em especial o de 1^a a 4^a série do ensino fundamental vem aumentando em decorrência de profundas mudanças sociais, pessoais e econômicas...”

A equidade é um conceito fundamental para pensarmos em uma inclusão que não seja excludente. Mas, ao mesmo tempo, exige mudanças profundas na estrutura do sistema educacional. Tendo o termo equidade como norteador para o ensino, na atual estrutura educacional, a responsabilização repousa-se sobre os ombros do professor, que precisa adaptar as situações de ensino deixando-as justas para garantir a igualdade de oportunidades. Mas, como fazer isso tendo uma sala de aula composta por alunos com diferenças tão discrepantes, principalmente quando consideramos deficiências intelectuais. Como realizar isso com sobrecargas de horas de trabalhos, com cargas dobradas; alunos rebeldes e opositores; ambientes com ventilação e iluminação inadequadas, barulho, número excessivo de alunos; condições totalmente estressantes e já registrada na literatura como Síndrome de Burnout (Levy et. al., 2009).

Todos esses fatores e a possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala geram insegurança e ansiedade no professor; pois, não foi preparado e não possui as condições estruturais para lidar com tanta diversidade. Além de tudo isso, para Martins (2018) são três os fatores que influem no aluno o desenvolvimento da capacidade de aprender: primeiramente, a atitude de querer aprender, no entanto, só desenvolvemos a capacidade de aprender quando aprendemos a pensar e só pensamos bem quando aprendemos métodos e técnicas de estudo; o segundo fator é o desenvolvimento de aptidões cognitivas e procedimentais e o terceiro fator refere-se à aprendizagem de conhecimentos ou conteúdo. Um desafio hercúleo quando se considera a questão da inclusão de alunos portadores de deficiência intelectual. Além disso, como salienta Tenório (2017):

“A equidade na educação implica em reconhecer que nem todos aprendem ou devem ser ensinados da mesma forma igualitária, pois um processo educacional que busca a equidade pressupõe o reconhecimento e o respeito às diferenças e é capaz de fazer com que todos os alunos desenvolvam as competências e habilidades esperadas para o nível de estudo, levando em consideração as diferenças pessoais, socioeconômicas e culturais do aluno”.

Sobre os professores e suas condições de trabalho argumenta Mantoan (2011, p. 11):

“Os professores submetem-se a um trabalho estressante e mal recompensado de conseguir que todos os alunos consigam, em um certo período de tempo, a proeza de aprender os conteúdos selecionados para um semestre letivo, um nível de ensino.”

Ainda de acordo com Mantoan (2011, p. 37):

“Grande parte dos professores das escolas comuns acredita que o ensino escolar individualizado e adaptado é o mais adequado para atender, em suas necessidades escolares, aos que têm dificuldades de aprender e aos alunos com deficiência, principalmente quando se trata de educandos com deficiência mental.”

O movimento em favor da inclusão escolar é mundial, mas os professores estão preparados, os alunos com necessidades especiais estão preparados para frequentarem uma escola comum. Como podemos verificar, o professor está exposto a inúmeros estressores, assim sendo, é comum que se acarrete problemas quanto ao aspecto físico e/ou emocional. (Mantoan 2011, p.78)

O professor e o aluno interagem em posições distintas, com papéis e desempenhos que mostram suas diferenças, porém se nesta interação o aluno de inclusão apresentar inabilidade para aprender e/ou para se relacionar com os colegas e professores, os dois lados podem vir a sofrer de estresse e, por vezes, excessivo. (Lipp, 2012, p. 42-43)

O magistério já é reconhecidamente uma profissão estressante, e enquanto as transformações na escola não acontecem, o sofrimento no trabalho, o sentimento de inutilidade, o distanciamento entre o trabalho prescrito e o trabalho real e o despreparo do professor para lidar com as crianças de inclusão tem como consequência um professor estressado. (Lipp, 2011, p. 81) Os

especialistas começam a observar indícios de incompatibilidades entre os limites pessoais do professor diante das demandas da população infantil e do sistema educacional como, por exemplo, o comportamento exibido pelos alunos em sala de aula e as peculiaridades do movimento inclusionista em educação. Como ressalta Lipp (2011, p. 10):

“O destaque é para a figura do docente. Nada mais justo, já que, sem cuidar do professor, formá-lo e apoiá-lo, ficam inviáveis a evolução da educação escolar, o progresso, uma vida com qualidade.”

Conclusão

Com o objetivo de analisar os impactos que a inclusão de crianças com deficiência intelectual causa, constatamos a possibilidade de uma inclusão excludente, aparentemente contraditório, mas real. Desse modo, entender o que se almeja com a inclusão, igualdade ou equidade, pode ser muito útil, pois se dermos ênfase na igualdade, procurando tornar as pessoas iguais, desenvolvendo condições para que a igualdade seja o objetivo para a realização da inclusão, poderíamos gerar estresse nos alunos; pois, as exigências poderiam estar além ou aquém de suas habilidades e competências; por outro lado, ao se dar ênfase na equidade, procurando oferecer condições diferenciadas para se atender às necessidades de cada um, em suas especificidades, procurando promover a justiça de oportunidades, causaríamos estresse no professor; pois exigiríamos dele obrigações para além de suas capacidades e propósitos.

Diante dessas considerações podemos perceber que o modelo de ensino atual que ocorre numa escola deficitária, sem recursos humanos e materiais e, em muitos casos, falida, nos desafia a propiciar uma inclusão não excludente tanto para os alunos com deficiência intelectual quanto para os demais alunos e também para o professor, pois dependendo do que se almeja da inclusão, igualdade ou equidade, ou de outra ordem, podemos causar estresse e, por vezes, excessivo. Produzindo um tipo de inclusão que se configura muito mais como uma simples introdução da pessoa com deficiência intelectual no contexto

da sala de aula. Este tipo de inclusão, em nossa perspectiva, acaba por ser muito mais excludente, uma espécie de verniz propagandista que concorre para não atender as necessidades de desenvolvimento humano e intelectual, tanto das pessoas com deficiência quanto dos demais alunos. Tal constatação nos faz perceber o quanto que a inclusão ainda requer esforço de formação docente continuada, de políticas públicas educacionais efetivas, orientadas pelo que existe de mais atual e pertinente do conhecimento científico e não por interesses demagógicos e propagandistas; bem como, o oferecimento de uma estrutura material, de pessoal, logística e pedagógica voltada para as necessidades de alunos, professores e da própria instituição escolar.

Referências Bibliográficas

- Ballone, G. J. 2015. Estresse – Fisiologia. *PsiquWeb*. www.psiqweb.med.br.
- Brasil. 1988. Constituição da República Federal do Brasil. Brasília: Senado.
- Carlson, Elof Axel. 2001. The Unfit: A history of a bad idea. Ed. Cold Spring Harbor Laboratory Press. New York.
- GASPARIN, João Luiz. 2005. Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas: Autores Associados.
- Houaiss, Antônio. 2018. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Versão Online in: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>.
- Levy, G. C. T. M.; Nunes Sobrinho, F. P.; Souza, C. A. A. 2009. Síndrome de Burnout em professores da rede pública. *Produção*, v. 19, n. 3, p. 458-465.
- Lipp, Marilda (org.). 2012. O stress do professor. Ed. Papirus, Campinas/SP.
- Mantoan, Maria Teresa Eglér. 2008. O desafio das diferenças nas escolas. Ed. Vozes.
- Martins, Vicente. 2018. Como desenvolver a capacidade de aprender. <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/como-desenvolver-capacidade-aprender.htm>.
- Reis, Rosangela Leonel & Ross, Paulo Ricardo. 2018. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular. *Dia a dia da Educação*. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf>.
- Tédde, Samantha. 2012. Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão americana. Trabalho de Dissertação. *Centro Universitário Salesiano de São Paulo*. Americana. https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha-T%C3%A9dde.pdf.
- Tenente, Luiza. 2016. Total de alunos com deficiência em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos. Políticas públicas, leis e conscientização da população provocaram mudança. Colégios exclusivos para pessoas com deficiência perdem espaço. G1 22/07/2016 11h35 Atualizado 05/04/2017 14h54 <https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml>.